A revolução copernicana de Kant

César Benjamin

Apresentação do livro “Filosofia clássica alemã”.

Rio de Janeiro, Contraponto, 2025

1. Nunca um pensador combinou uma reputação tão extraordinária e uma rotina tão simples. Immanuel Kant (1724 – 1804) conheceu em vida a glória intelectual, mas teve uma existência modesta e silenciosa, sem brilho exterior, sem grandiosidade. Concentrado na meditação filosófica, em recolhimento, buscou seu centro em si mesmo. Quis ser só um professor. Mesmo assim, avançando de forma lenta e segura, refundou a filosofia. Outros já tinham tentado semelhante refundação, mas as ideias deles sempre ecoavam épocas passadas. Kant apresentou uma filosofia verdadeiramente nova. Nenhum sistema filosófico, antes ou depois, teve tão pouco em comum com os anteriores. Seu trabalho abriu caminho para praticamente todos os pensadores e todas as escolas que vieram depois.

2. Durante muito tempo, a filosofia trabalhou com as ciências experimentais para explicar os fenômenos da natureza. Com o amadurecimento da observação e da indução, principalmente na física, as ciências tornaram-se cada vez mais independentes, criando um impasse: ou a filosofia se integrava nelas, como fez o realismo inglês, ou apelava à metafísica para enfrentá-las, em grande desvantagem.

Kant viu que era preciso encontrar para a filosofia um objeto diferente, que nenhuma ciência pudesse investigar por si mesma. Tal objeto era o próprio conhecimento.

3. Quando o cientista quer explicar um fenômeno, indaga as condições que o fizeram surgir. Kant usou o mesmo procedimento: interpretar um conhecimento é pensar a sua possibilidade. Que condições o precedem e o tornam possível? Este é o sentido da atitude crítica, que leva à filosofia transcendental: “Denomino transcendental todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos na medida em que este modo deve ser possível *a priori*.”

Tratava-se de compreender e legitimar as criações da mente que aspiram valer como verdade (*Crítica da razão pura*, 1781), como justiça (*Crítica da razão prática*, 1788) ou como beleza (*Crítica do juízo*, 1790).

4. Não conhecemos as coisas como elas são em si mesmas (númenos), mas somente quando aparecem para nós, ou seja, quando já penetraram no espaço e no tempo (fenômenos). Espaço e tempo organizam a experiência sensorial. São funções *a priori* da razão. Leitor exaustivo de Euclides, de Newton e de Leibniz, Kant diz que, com a intuição do espaço, construímos a geometria; com a intuição do tempo, o cálculo.

E introduz duas distinções fundamentais.

De um lado, distingue o conhecimento empírico, que nasce dos dados fornecidos pela experiência sensível (“a janela está aberta”), mas não produz juízos necessários e universais, e o conhecimento puro, que é universal e necessário (“quaisquer dois pontos definem uma reta”), mas não se submete a nenhuma experiência.

De outro lado, separa os juízos analíticos, em que o predicado está contido no sujeito (“os corpos são extensos”), e os sintéticos *a posteriori*, que unem dois conceitos diferentes (“este corpo se movimenta”); a extensão é um atributo de todos os corpos, mas isso não ocorre com a movimentação. Todos os juízos de experiência são sintéticos.

5. O conhecimento analítico é necessário, mas vazio, pois o predicado apenas desenvolve um conteúdo que já está posto no sujeito. Nos juízos sintéticos, o predicado acrescenta algo novo ao sujeito. Mas, por serem singulares e contingentes, tais juízos não podem ser universalizados. A experiência não pode produzir por si mesma um conhecimento dotado de validade universal. Há ecos de Hume, aqui.

Ora, se os juízos analíticos são tautológicos e os sintéticos *a posteriori* descrevem situações contingentes, nenhum deles pode sustentar o conhecimento.

Só se escapa desse impasse por meio de juízos sintéticos *a priori*, que são a base das leis naturais. O que transforma as matemáticas e a física em ciências é o fato de conterem tais juízos, que lhes permitem conhecer formas universais e necessárias.

Como chegamos a eles? Pode a mente formular leis à natureza?

6. A resposta envolve a chamada “revolução copernicana” de Kant: não é o objeto que regula a faculdade de conhecer, mas ao contrário. O sujeito cognoscente não recebe passivamente o conhecimento do mundo, mas desempenha um papel ativo na estruturação desse conhecimento.

Este é o papel dos juízos sintéticos *a priori*. Não se trata, bem entendido, de uma sucessão temporal. Aqui, *a priori* indica aquilo que não depende da experiência, mas diz respeito à própria mente.

Kant coloca a razão à prova para testar sua solidez e torná-la apta a fundar o conhecimento. Ao mesmo tempo, determina seus limites, definindo seu uso legítimo.

7. A filosofia kantiana foi o ponto de referência, especialmente, para o idealismo alemão, um dos movimentos espirituais mais importantes do Ocidente. Seu apogeu ocorreu no início do século XIX, mas seus desdobramentos se projetaram por muitas décadas. Primeiro na Universidade de Jena, depois na de Berlim, Fichte atingiu a maturidade de seu desenvolvimento espiritual, Schelling publicou seus escritos mais significativos e Hegel elaborou sua obra grandiosa. Apesar das diferenças, todos buscavam uma meta comum: criar vastos sistemas filosóficos, baseados em fundamentos sólidos e dirigidos para a ideia de totalidade.

Goethe não participou desse movimento, mas também dialogou amplamente com Kant. Diante do abismo que separa o homem moderno de um mundo que esse homem hesita em chamar de seu, ambos apresentam duas tentativas simétricas para restaurar uma unidade rompida.

Os cinco filósofos são examinados aqui por alguns dos maiores especialistas em cada um. Boa leitura!